DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 6527/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/7601/2014
PROTOCOLO	: 1493806
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
JURISDICIONADO	: JOSÉ HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE
CARGO	PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 053/2014
RELATORA	: MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADO	DAMASCENO & DAMASCENO LTDA.
PROC. LICITATÓRIO	PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA
VALOR	R$ 81.250,25 (OINTENTA E UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Tratam os Autos do Contrato Administrativo nº 053/2014, pela modalidade Pregão Presencial nº 040/2014, celebrado entre a ***Prefeitura Municipal de Aquidauana*** e ***Damasceno & Damasceno Ltda.***, visando a aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal, no valor de R$ 81.250,25 (oitenta e um mil duzentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

Examina-se, no presente momento, a legalidade, regularidade, economicidade e legitimidade da formalização do Contrato Administrativo, abrangendo a 2ª fase.

Há de salientar que o procedimento licitatório corresponde ao Pregão Presencial nº 40/2014, autuado nesta Corte de Contas através do Processo TC/MS 7605/2014, foi julgado pela regularidade e legalidade conforme Decisão Singular n° 4256/2014.

A equipe técnica desta Corte apreciou os documentos acostados em sede de Análise ANA-6ICE-18951/2014 (Peça 6) se manifestando da seguinte forma:

> ...
> *Analisados, constatamos que os documentos apresentados satisfazem as exigências legais pertinentes ao pactuado, a formalização do contrato encontra-se em consonância com as disposições do Artigo 55 da Lei 8666/93, e alterações posteriores.*
> ...

Ao final, opina conforme abaixo:

> ...
> *- Pela regularidade e legalidade e do objeto do Contrato (2ª FASE), nos termos do artigo 120, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS N° 76/2013;*
> ...

Os Autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que, em sede de Parecer PAR-MPC - GAB.6 DR.JAC-7640/2015 (Peça 16), opinando pela regularidade e legalidade da formalização contratual, nos termos do artigo 120, II ,c/c 122,III, “a”, ambos da RN/TC/MS nº 76/2013.

É o Relatório.

Passo a DECIDIR.

Concluiu-se da leitura dos autos que a Equipe Técnica da 6ª ICE e o representante do Ministério Público de Contas corroboram seus entendimentos, opinando pela regularidade e legalidade da 1ª e 2ª fases do procedimento em tela.

Neste sentido, analisando detidamente os Autos, verifico que, de fato, o Contrato Administrativo nº 040/2014 está em consonância com as disposições legais.

Cumpre reconhecer que, na forma em que se apresenta a contratação celebrada pela Prefeitura Municipal de Aquidauana cumpriu as exigências legais, merecendo a chancela de aprovação nesta Corte Fiscal.

Ante o exposto, observadas as formalidades e requisitos legais aplicáveis à matéria, com fulcro no art. 10, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas, **DECIDO** no seguinte sentido:

1- Pela ***legalidade*** e ***regularidade*** da formalização do Contrato Administrativo nº 053/2014, celebrada entre o celebrado entre a ***Prefeitura Municipal de Aquidauana*** e ***Damasceno & Damasceno Ltda.*** (2ª fase), com fulcro no artigo 59, inciso I da Lei Complementar Estadual n° 160/2012; e no artigo 120, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal;

2- Pela comunicação do resultado do julgamento aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

3- Determino a remessa destes autos ao Cartório, para providências regimentais.

É como DECIDO.

Campo Grande/MS, 29 de setembro de 2015.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

arb